

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2018

(Do Sr. MIGUEL HADDAD)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde acerca da falta de medicamentos de alto custo nas farmácias públicas, inclusive para pacientes com decisão judicial favorável ao fornecimento.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e §2º, 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Saúde as informações listadas abaixo, acerca da possível falta de medicamentos de alto custo:

1. O Ministério da Saúde está ciente da falta de medicamentos de alto custo nas farmácias públicas?
2. Quais os medicamentos de alto custo estão em falta nas farmácias públicas brasileiras, de conhecimento do Ministério?
3. Em quais municípios brasileiros estão faltando medicamentos de alto custo e quais as respectivas apresentações?
4. Quais dos medicamentos em falta que são de aquisição centralizada no Ministério da Saúde e quais aqueles que são objeto de ressarcimento?
5. Ocorreram falhas no processo de aquisição que justificam os desabastecimentos observados?
6. Quais as providências adotadas pelo Ministério da Saúde para a correção da ausência de estoques de medicamentos de alto custo?

7. Quaisquer outras informações que possam esclarecer os casos de desabastecimento dos medicamentos de alto custo no Sistema Único de Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa brasileira tem noticiado, recentemente, diversos casos de desabastecimento dos medicamentos de alto custo na rede de assistência farmacêutica do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente em municípios do Estado de São Paulo. Em alguns casos, a ausência de apresentações farmacêuticas atinge, inclusive, pacientes protegidos por decisões judiciais que determinam o dever do Poder Público em garantir o acesso adequado aos medicamentos prescritos.

Tal quadro é muito preocupante, tendo em vista os problemas e riscos maiores que podem advir da interrupção de tratamento a diversas moléstias de alta gravidade. Os produtos de alto custo geralmente são direcionados ao atendimento de patologias graves, com quadro clínico bastante limitador do bem-estar do paciente.

A falta de medicamentos pode, assim, representar um sério risco à manutenção da saúde, do bem-estar e até da vida do indivíduo. Esse é um caso que causa uma indesejada restrição ao exercício pleno do direito à saúde, garantido constitucionalmente, de modo integral.

Diante das notícias citadas e da possibilidade de grave lesão a direitos fundamentais, de forma irreversível, entendemos de bom alvitre o envio de Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde, no claro intuito de conhecer melhor o contexto e verificar quais as providências que o órgão tem adotado para alterar a situação e proteger a saúde e a vida dos pacientes que necessitam de medicamentos de alto custo. As respostas aos questionamentos listados acima podem servir de base para a proposição e adoção de ações e providências da alçada do Poder Legislativo para auxiliar na correção das falhas e na melhoria da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Essas as razões para a apresentação do presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado MIGUEL HADDAD

2018-2052